XVI ENANCIB 2015
Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes
26 a 30 de outubro - João Pessoa - PB

XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação **(XVI ENANCIB)**
ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação
Comunicação Oral

O ESTADO DA ARTE DA INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL NA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: RESULTADOS PRELIMINARES[1]

STATE OF THE ART OF DIGITAL INCLUSION IN BRAZIL IN SCIENCE INFORMATION: PRELIMINARY RESULTS:

Patrícia Mallmann Souto Pereira, UFRJ
patriciamall@facc.ufrj.br

Resumo: Trata-se de uma pesquisa em andamento, cuja questão central busca apreender a perspectiva contemporânea do estado da arte na temática de inclusão digital na área da Ciência da Informação no Brasil, em um primeiro momento, e no contexto internacional, posteriormente. O objetivo deste trabalho é apresentar resultados preliminares acerca da pesquisa, traçando um panorama geral do estado da arte da temática de inclusão digital no Brasil na área de Ciência da Informação. É uma pesquisa de caráter bibliográfico. Nesse primeiro momento, foram considerados os artigos publicados em periódicos técnico-científicos no âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, buscados através da BRAPCI. A última coleta dos artigos foi realizada em julho de 2015. As palavras-chave utilizadas para a busca foram: inclusão digital, exclusão digital, telecentro, infoexclusão e infoinclusão. Foram recuperados 112 artigos, que foram analisados pelos resumos. Desses, 56 são resultados de pesquisas empíricas e 56 são artigos de discussão teórica. Os resultados apontam para três fases gerais da produção científica analisada, que são: a) de 2000 a 2005, quando a discussão estava sendo delineada e construída, com a busca por definições e do papel da Ciência da Informação e da Biblioteconomia; b) de 2006 a 2011, período de consolidação, em que a temática esteve no centro das discussões da área; em relação às pesquisas empíricas, há uma tendência ao estudo de projetos de inclusão digital específicos; c) a partir de 2012, percebe-se indícios de uma nova fase, sendo que a temática sai de voga, e as pesquisas empíricas deixam de se focar em projetos específicos e passam a se concentrar mais em grupos específicos, em que os projetos perpassam a relação dos sujeitos com as TICs. Considera-se importante conhecer os rumos e construtos presentes na literatura atual e os caminhos que a discussão necessita seguir.

Palavras-chave: Inclusão digital. Exclusão digital. Estado da arte. Ciência da Informação. Brasil.

Abstract: This is an ongoing study, whose central question attempts to grasp contemporary perspective of the state of the art in digital inclusion within the field of Information Science in Brazil, at first, and in the international context later. The objective of this paper is to present preliminary

[1] O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

results on the research, tracing a overview of the state of the art in digital inclusion issue in Brazil in the field of Information Science. It is a bibliographical research. In this first moment, the articles published in technical journals within the Information Science and Library Science were considered, sought by BRAPCI. The last collection of articles was held in July 2015. The keywords used for the search were: digital inclusion, digital divide, telecentre, infoexclusion and infoinclusion. 112 articles were recovered, which were analyzed by summaries. Of these, 56 are results of empirical research and 56 are theoretical discussion articles. The results point to three general phases of the analyzed scientific production, which are: a) from 2000 to 2005, when the discussion was being outlined and built,, with the search for definitions and the role of Information Science and Library Science; b) 2006-2011, a period of consolidation, where the issue was at the center of the area's discussions; in relation to empirical research, there is a tendency to study specific digital inclusion projects; c) from 2012, we can see signs of a new phase, and the subject goes out of vogue, and empirical studies fail to focus on specific projects and begin to focus more on specific groups, where projects cut across people's relationship with ICTs. It is considered important to know the direction and constructs present in the current literature and the ways that the discussion needs to follow.

Keywords: Digital inclusion. Digital divide. State of the art. Information Science. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A temática da inclusão digital vem sendo discutida e pesquisada no Brasil na área de Ciência da Informação desde a década de 2000. Percebe-se uma extensa produção acadêmico-científica, não apenas nessa área, mas em diversas áreas que envolvem questões referentes à sociedade. Da mesma forma, a inclusão digital perpassa diversos aspectos da vida em sociedade, políticos, econômicos, culturais, educacionais e, por isso mesmo, sua importância é tão marcante no início do século XXI, quando as tecnologias de informação e comunicação (TICs) se disseminaram no Brasil.

Ao longo de 15 anos dessa produção e discussão no País, muitos conhecimentos, ideias e construtos foram elaborados. Acredita-se que é um momento propício para entender os caminhos percorridos até o momento e traçar os rumos das discussões mais prementes a serem seguidas.

Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, cuja questão central busca apreender a perspectiva contemporânea do estado da arte na temática de inclusão digital no âmbito da Ciência da Informação no Brasil, em um primeiro momento, e no contexto internacional, posteriormente. O objetivo do presente trabalho é traçar um panorama geral do estado da arte da temática de inclusão digital no Brasil na área de Ciência da Informação; além disso, é apresentado o contexto político e acadêmico de seu desenvolvimento que influenciaram e impulsionaram as discussões sobre a temática na área.

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico. Nesse primeiro momento, foram considerados os artigos publicados em periódicos técnico-científicos no âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, buscados através da Base de Dados Referencial de Artigos de

Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), por título, palavras-chave e resumo. Foram utilizadas para a busca na BRAPCI as seguintes palavras-chave: inclusão digital, exclusão digital, telecentro, infoexclusão e infoinclusão. A última coleta dos artigos foi realizada em 09 de julho de 2015. Foram recuperados 112 artigos, que foram analisados, neste primeiro momento, pelos resumos. Num segundo momento, o levantamento bibliográfico será ampliado para trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) e anais das 16 edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Posteriormente, será analisado também o contexto internacional da produção científica sobre inclusão digital na área de Ciência da Informação.

2 CONTEXTO: O INÍCIO DA INCLUSÃO DIGITAL E DA DISCUSSÃO ACADÊMICA

De modo geral, a temática da inclusão digital passou a ser objeto de discussão recorrente na sociedade, dos bancos acadêmicos aos discursos políticos, desde o final da década de 1990. Segundo Becker (2009, p. 189), esse debate adquiriu maior fôlego e consistência a partir de 1998/99, "[...] com a criação ou ampliação de programas governamentais, o envolvimento de uma série de [Organizações Não Governamentais] ONGs e movimentos sociais até então não engajados, o interesse empresarial, o destaque dos media e a atenção do mundo acadêmico.". Como afirma Lima (2003), a década de 1990 pode ser considerada mundialmente como a "a década da internet", sendo também a década da evolução dos microcomputadores. E, não por acaso, essa década inaugurou também o surgimento de movimentos de inclusão digital, assim como das políticas nacionais de sociedade da informação. Em meados de 1990, a preocupação em torno da universalização do acesso e uso das TICs fez com que os países mais desenvolvidos criassem políticas nacionais de inclusão digital.

O início dos programas de sociedade da informação nacionais ocorreu com os Estados Unidos, por um lado e, por outro, a União Europeia e o bloco escandinavo. Ambos os programas foram lançados em 1994, o norte-americano foi denominado "Global Information Infrastructure" (GII) e o europeu, "Information Society" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; PORCARO; BARRETO, 2005). O termo "digital divide" (traduzido no Brasil, na maioria das vezes, como exclusão digital) apareceu nesse ano, cunhado pelo governo norte-americano "[...] para representar a preocupação com a inclusão de toda a população nos benefícios da revolução de informação [...]" (LUCAS, 2002, p. 161).

Na América Latina, a implantação dos programas nacionais de conectividade iniciou-se no final da década de 1990. O "Programa Chile: Hacia la Sociedad de la Información" foi

criado em 1999, e se propunha a implementar uma estratégia que implantasse a infraestrutura nacional de informação, com a meta de que todo Chile estivesse conectado até o bicentenário (PORCARO; BARRETO, 2005). No final do ano de 2000, foi lançado no México o programa "E-México", com o objetivo de reduzir a exclusão digital entre os governos, as empresas, os lares e os indivíduos, alcançando até o lugar mais remoto do país (DELGADILLO; GÓMEZ; STOLL, 2003). Outras políticas nacionais de inclusão digital latino-americanas surgidas nesse período são: o "InfoCentros" na Venezuela, o "Compartel" na Colômbia, o "Huascarán" no Perú, o "Costarricense.com" na Costa Rica, os "Centros Tecnológicos Comunitários" na Argentina, os "Telecentros Polivalentes" no Equador. Todas essas políticas compartilhavam o interesse de oferecer acesso às TICs em escala massiva.

No Brasil, em dezembro de 1999, foi lançado oficialmente o Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo), conduzido pelo então Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Era a efetivação de uma política nacional para promover a sociedade da informação no País. Contudo, por volta de 2003, o programa foi descontinuado, pulverizando a política nacional da sociedade da informação em projetos de inclusão digital, sem uma diretriz central. Dessa forma, não há no Brasil uma política nacional de inclusão digital abrangente e considerada no contexto de um programa nacional de sociedade da informação, em vigor.

O que existe é um conjunto de políticas públicas implementadas por ministérios distintos, que visam a promover essa inclusão, assim como a modernização do Estado. Além disso, existem as políticas públicas desenvolvidas por governos estaduais e municipais, além de projetos desenvolvidos por ONGs e por outras instâncias sociais, que passaram a se disseminar a partir do ano de 2000. Como afirmam Rodrigues e Maculan (2013, p. 49), as ações de inclusão digital brasileiras (governos federal, estaduais e municipais) "[...] foram construídas de forma isolada, ou seja, não são articuladas entre si.", não havendo uma agenda bem definida para a inclusão digital no País. Há diferentes tipos de projetos de inclusão digital em curso no Brasil, sendo que grande parte deles se destina à implantação de telecentros comunitários.

Por telecentros, de modo geral, se entende "[...] locais dotados de computadores conectados à internet para acesso ao público em geral." (IBICT, 2012). Os telecentros comunitários são destinados a uma comunidade local, oferecem acesso a computador e internet e, em geral, disponibilizam monitores (orientadores) para auxiliar no uso, podendo oferecer ou não cursos de capacitação em informática, além de outros serviços, como impressão, cópias etc. Podem ser urbanos, instalados principalmente em periferias, favelas e, de modo geral, comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas também em regiões centrais; ou rurais, instalados em comunidades distantes dos centros urbanos. Na sua concepção,

os telecentros comunitários possuem objetivo de aglutinação comunitária, devendo se constituir em um "[...] espaço físico de encontro e comunicação, inserido num contexto comunitário e aglutinador de iniciativas participativas para a melhora da qualidade de vida da população da qual é parte, usando as tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de trabalho." (SOMOS@TELECENTROS, [200-], tradução nossa).

A ideia de telecentros comunitários surgiu nos países nórdicos (Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia), sendo que foram iniciados em zonas rurais da Suécia por volta da década de 1980 (FUCHS, 2000; ASSUMPÇÃO, 2001; GARCÍA, 2003; ROZADOS, 2006; LAIPELT, 2007; BARRETO; PARADELLA; ASSIS, 2008). Na América Latina e no Caribe, os telecentros comunitários se disseminaram rapidamente. Em 1999, a Somos@Telecentros (www.tele-centros.org) começou a se organizar como uma rede regional de telecentros, iniciada pela Fundação ChasquiNet e apoiada pelo International Development Research Centre (IDRC) do Canadá. A rede se constituiu como ponto de encontro virtual e fórum de intercâmbio de experiências na região (DELGADILLO; GÓMEZ; STOLL, 2003).

O primeiro telecentro comunitário dessa região, segundo Darelli (2002), surgiu no Brasil em 1992, na cidade de Brusque, Santa Catarina. Já Assumpção (2001) afirma que as primeiras experiências piloto de telecentros comunitários na região começaram por volta de 1996, impulsionadas por organizações da sociedade civil. De qualquer forma, a partir da segunda metade da década de 1990, essas experiências foram se desenvolvendo rapidamente; conforme Delgadillo, Gómez e Stoll (2003), em 1998, havia menos de 50 telecentros na região e, no final de 2002, já se estimavam mais de 6.500. Segundo os autores, esse crescimento se deu, em grande parte, devido ao interesse de criação de centros de acesso público à internet como parte das políticas nacionais de conectividade. Além dos projetos de telecentros, há também outros que se destinam a promover inclusão digital no País, e que compõem as políticas públicas nessa área, como computadores subsidiados, provisão de internet banda larga, internet nas escolas públicas, entre outros.

No que diz respeito ao debate acadêmico-científico sobre inclusão digital no País, a publicação do Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil impulsionou a discussão. A discussão também foi influenciada pela publicação da edição brasileira do livro "A sociedade em rede" de Manuel Castells, em 1999[2] (CASTELLS, 1999), amplamente citado pelos autores que se debruçam sobre o tema da inclusão digital, especialmente na primeira metade da década de 2000. Outras duas obras que embasaram a discussão foram o livro de Castells "A galáxia da

[2] A primeira edição, norte-americana, foi publicada em 1996. Esse livro é o primeiro volume da trilogia "A era da informação: economia, sociedade e cultura".

internet", publicado no Brasil em 2003 (CASTELLS, 2003), e o livro do sociólogo brasileiro Bernardo Sorj "Brasil@povo.com", publicado também em 2003 (SORJ, 2003). Outro marco-teórico relevante nesta primeira metade da década de 2000 no Brasil foi produzido por integrantes da Somos@Telecentros. Em 2003, foi publicada a versão brasileira de um folheto sobre telecentros comunitários (DELGADILLO; GÓMEZ; STOLL, 2003), originalmente publicado em Quito/Equador, em 2002.

Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre inclusão digital foram defendidos em 2001. Um deles é a dissertação de mestrado de Assumpção (2001), defendida na Universidade de São Paulo (USP), na área de Comunicação, que analisou o projeto de telecentros comunitários do município de São Paulo, Sampa.Org, iniciado em 2000 e hoje descontinuado, mas tendo sido a base da política pública de inclusão digital do governo eletrônico do município. O outro é a também dissertação de mestrado em Ciência da Informação de Garcia (2001), defendida na Universidade Estadual Paulista (UNESP), que estudou usuários potenciais da internet de terceira idade.

A década de 2000 também foi permeada pelas discussões em torno do conceito da Web 2.0, que giraram em torno de seus objetivos. Tim Berners-Lee, o criador da World Wide Web, garante que o sentido de conectar pessoas existia desde sua criação e que a ligação entre computadores seria um condicionante ao atingimento de seu objetivo principal. Nesse sentido, a Web 2.0 seria apenas uma continuidade daquilo que foi planejado e não uma nova fase (ANDERSON, 2006; BRODKIN, 2007). Nesse mesmo período, já se questionava sobre a banda larga, agregada à construção de conhecimento coletivo e ao acúmulo de conteúdo, sem precedentes, que poderia gerar (AZEVEDO; GONZAGA, 2015), o que parecia evidente com a criação de três grandes *websites* no modelo Web 2.0: a enciclopédia livre Wikipédia, criada em janeiro de 2001; a rede social Orkut, disponível em setembro de 2004; e o *website* de vídeos Youtube, fundado em maio de 2005.

Também na década de 2000, se iniciaram as discussões no Brasil a respeito do conceito de "competência em informação", que está diretamente ligado aos preceitos e às discussões acerca de inclusão digital. O conceito de *information literacy* surgiu no contexto norte-americano, em 1974, cunhado por Zurkowski (1974). No final da década de 1980, a American Library Association (ALA) produziu um relatório no qual o conceito é definido de forma ampla, englobando um enfoque social e um contexto educacional. No Brasil, o conceito foi abordado pela primeira vez no ano de 2000, por Caregnato (2000), contextualizado na perspectiva da era digital. Ao longo da década de 2000, esse conceito foi bastante desenvolvido e discutido na área de Ciência da Informação, estando ligado ou não às questões referentes à inclusão digital.

O avanço da inclusão digital depende consideravelmente do desenvolvimento da competência informacional, ou competências informáticas, na perspectiva de Bawden (2001). Partindo do pressuposto de que o simples acesso à informação através da internet não garante a inclusão, propulsora do exercício da cidadania, o computador, o celular ou o tablet são meios de acesso à informação, mas não conseguem, sozinhos, ser suficientemente didáticos (e instintivos), de forma que os indivíduos compreendam a dinâmica da informação, favorecendo o pensamento crítico para a melhoria do trabalho, da educação e da comunidade. O acesso e utilização de TICs, em especial da internet, aliados aos pressupostos da competência informacional promovem um formato de acesso à informação para o conhecimento, essencial para que os sujeitos sociais interajam no século XXI, favorecendo o reconhecimento de direitos e deveres para a cidadania, assim como a participação político-social, com o potencial transformador da vida cultural, econômica, política e social, em todas as suas dimensões, a qual se pode chamar de inclusão digital efetiva.

3 RESULTADOS PRELIMINARES

O levantamento bibliográfico realizado na BRAPCI recuperou 112 artigos, dos quais 56 são discussões teóricas e 56 são resultados de pesquisas empíricas. A partir das análises dos resumos, foi possível chegar a algumas inferências em relação à temática de inclusão digital no Brasil na área de Ciência da Informação. A primeira questão é a respeito do termo preferido na área para representar a temática, que é “inclusão digital”, presente em 99 artigos recuperados e sendo utilizado de 2002 a 2013. O termo “exclusão digital” esteve presente em 25 artigos, seguido do termo “telecentro(s)”, em 21 artigos e, por último, apareceram os termos “infoexclusão” e “infoinclusão”, presentes em três e dois artigos, respectivamente.

A Tabela 1 mostra, resumidamente, o panorama dos artigos em periódicos científicos.

TABELA 1 – Total de artigos teóricos e empíricos sobre inclusão digital, na BRAPCI, em 09 jul. 2015

ANO	QUANTIDADE DE ARTIGOS		
	TEÓRICOS	EMPÍRICOS	TOTAL
1992	1		1
2000		1	1
2001	1		1
2002	3		3
2003	2		2
2004	3	4	7
2005	4	2	6
2006	6	4	10
2007	6	6	12
2008	4	12	16
2009	9	8	17
2010	8	7	15
2011	6	6	12
2012		4	4
2013	3	2	5
TOTAL	56	56	112

Fonte: Dados da pesquisa.
Nota 1: Na data do fechamento do levantamento bibliográfico (09 jul. 2015) não havia nenhum artigo de 2014 indexado.
Nota 2: Os artigos de análise de literatura foram incluídos como teóricos.

Há um volume considerável de artigos sobre o tema, o que mostra uma extensa discussão no Brasil no âmbito da Ciência da Informação, principalmente a partir da segunda metade da década de 2000. Percebe-se um aumento no número das publicações a partir do ano de 2006 e uma queda a partir de 2012, sendo que o período entre 2006 e 2011 foi o que mais apresentou publicações.

O equilíbrio entre artigos de discussão teórica e resultados de pesquisas empíricas, especialmente no período que vai de 2006 a 2011, reforça a importância que o tema teve na área, pois havia grande interesse pela publicação de discussões sobre as questões ligadas à inclusão digital. Além disso, no caso dos artigos teóricos, muitas vezes eles tratam de discussões acerca de outras temáticas, que são perpassadas pela inclusão digital, justificando sua menção nos resumos.

O primeiro artigo que falou sobre o tema da inclusão digital no contexto da área de Ciência da Informação no Brasil foi, antecipadamente, publicado em 1992 (BOTELHO; ROBREDO, 1992). Os autores não utilizam o termo inclusão digital, mas se referem a

telecentros, salientando a importância crescente das inovações tecnológicas nos países ocidentais e já mostrando preocupação com a diferença de acesso a serviços computacionais, defendendo a ideia de telecentros nos países em desenvolvimento. Após este artigo, o próximo que discute o tema, na conjuntura deste levantamento bibliográfico, aparece somente no ano de 2000. Há uma variedade de objetivos, objetos de análise e metodologias nos artigos analisados. Mas é possível dividir esse corpus de literatura científica em três principais fases, com base na análise dos resumos. A primeira fase vai de 2000 a 2005, a segunda de 2006 a 2011 e a terceira se inicia em 2012.

Antes de falar sobre cada uma dessas fases, cabe apresentar algumas questões gerais sobre a literatura analisada. A primeira delas é que a própria ideia de inclusão digital já se relaciona com informação e cidadania, desde o início das discussões. E as discussões no âmbito da Ciência da Informação, de modo geral, tratam a inclusão digital como multidimensional, se constituindo, com base em Ferreira e Dudziak (2004), em uma dimensão técnica, que envolve acesso às TICs e alfabetização digital; uma dimensão informacional, que envolve competências informacionais e comunicacionais; e uma dimensão social, que envolve capacidades discursivas, argumentativas e aprendizado sócio-político, capazes de tornar os sujeitos sociais aptos a exercer e construir a cidadania.

Apesar de algumas divergências e, até, incongruências nos diferentes discursos, percebe-se que alguns consensos são estabelecidos desde o início da discussão no âmbito da área, que dizem respeito à relação de inclusão digital com informação e cidadania. É preponderante os argumentos de que inclusão digital não se restringe apenas ao acesso às TICs, sendo que promover o acesso não leva à inclusão; outro argumento consensual é que ela amplia as possibilidades de exercício da cidadania, assim como competências relacionadas à informação se fazem necessárias.

O discurso acerca da inclusão digital está bastante presente, do mesmo modo, no contexto político governamental (nas três esferas de poder), sendo que o termo foi "esvaziado" nesse discurso, pois tem sido utilizado para se referir a projetos de acesso a computadores e internet e que, no máximo, oferecem uma capacitação técnica aos usuários. Dessa forma, é compreensível que o discurso científico reforce, o tempo todo, que inclusão digital não se restringe a apenas acesso e uso operacional das TICs. Um dos principais argumentos das políticas públicas está calcado no discurso da cidadania.

Em relação às três principais fases percebidas na literatura, a primeira fase (2000-2005) marca o início das discussões e das pesquisas sobre a temática na área. É um período em que a discussão estava sendo delineada e construída, e foi marcado pela busca por definições acerca

de inclusão digital e do papel da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

Os primeiros estudos empíricos foram publicados em 2004. O artigo de Baggio (2000), citado na Tabela 1 como empírico, não pode ser considerado uma pesquisa científica, tratando-se de uma apresentação da ONG Comitê para a Democratização da Informática (CDI) e de seus telecentros implantados, apresentando também uma avaliação realizada nas comunidades em que foram implantados, com o perfil dos usuários e alguns depoimentos. As pesquisas empíricas desta fase se focam, basicamente, em estudos de telecentros (usuários, gestores, monitores) em realidades locais.

Nesse período já é possível perceber alguns consensos. O primeiro consenso é em relação a inclusão digital não se restringir apenas ao acesso a computador e internet, mas também às capacidades para o uso, tanto das TICs quanto da informação. De modo geral, os artigos discutem a importância da inclusão digital no País, o papel do Estado, as dimensões da exclusão digital, sua relação com desigualdades sociais, inclusão informacional e questões relacionadas à implantação de telecentros. Todos os artigos relacionam inclusão digital e cidadania.

A segunda fase (2006-2011) pode ser considerada o período de consolidação da temática na área. A partir de 2006, a discussão no âmbito da Ciência da Informação começou a se intensificar, assim como passou a haver mais pesquisas empíricas. A temática esteve no centro das discussões da área, sendo uma das temáticas da moda, nesse período. A relação de inclusão digital com competência em informação se faz bastante presente. Essa relação se percebe relevante, devido às próprias necessidades de habilidades e atitudes para a inclusão digital, individual e coletiva. E é percebida desde o início das discussões, nos anos 2000, período em que os dois temas repercutiam, de igual conveniência, no Brasil, mas passou a ser melhor desenvolvido nessa segunda fase. Supõem-se que o debate em torno dessa relação ocorreu tardiamente no Brasil, o que poderá ser verificado mais adiante, no decorrer desta pesquisa, quando será estudada a produção internacional em torno da temática da inclusão digital.

Em 2010, aparece o primeiro estudo da literatura, o que mostra uma necessidade de sistematização do conhecimento gerado até o momento. Em relação às pesquisas empíricas, a tendência é o estudo também de telecentros, como na fase anterior, mas houve uma ampliação para a análise de projetos de telecentros, de modo mais geral, tendo como campo empírico diferentes realidades locais e/ou um projeto ou política de inclusão digital como um todo. Uma questão que parece bastante marcante em relação aos estudos realizados em telecentros diz respeito às deficiências nas capacitações oferecidas, que são descoladas do contexto

sociocultural local e extremamente técnicas.

Na terceira fase (a partir de 2012) já se percebe uma diminuição considerável no número de publicações e há indícios de uma maior quantidade de pesquisas empíricas em relação a discussões teóricas. Isso mostra que a temática saiu de voga e se inicia um momento de entendimento dos construtos realizados até o momento.

Além disso, percebe-se uma tendência de as pesquisas empíricas estarem deixando de se focar em projetos e políticas específicos de inclusão digital e passando a se concentrar mais em grupos específicos, em que os projetos perpassam a relação dos sujeitos com as TICs. Isto é, em vez do olhar estar focado na iniciativa de inclusão digital, o olhar passa a estar focado nos sujeitos sociais que fazem uso (ou não) dessas iniciativas, se buscando um entendimento maior da apropriação digital/ informacional/ social no nível de indivíduos e grupos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre inclusão digital no Brasil é bastante vasta, não apenas na área de Ciência da Informação, mas também em diversas outras áreas sociais. Especificamente, no que diz respeito à área de Ciência da informação, percebe-se uma necessidade de análise da literatura, após 15 anos de produção.

Devido ao fato do termo "inclusão digital" representar um conceito com uma definição tão abrangente e complexa, há uma confusão no discurso, muitas vezes, sendo que nem sempre os autores estão se referindo às mesmas questões quando o adotam. Isso causa certa confusão nas pesquisas, pois é necessário que se tenham bem claras as diferentes dimensões e o que se pretende estudar sobre cada uma delas ao se estudar inclusão digital, em diferentes contextos. Devido a isso, acredita-se ser importante uma sistematização no entendimento das questões referentes à inclusão digital, assim como os principais construtos, metodologias utilizadas, contextos empíricos estudados, resultados obtidos, definições trabalhadas, entre outras questões. Essas e outras serão abordadas ao longo da pesquisa que está em andamento. Além disso, considera-se importante conhecer os rumos e construtos presentes na literatura até o momento, para que se pense nos caminhos que a discussão necessita seguir.

Sinteticamente, os resultados preliminares dessa análise da literatura, tendo como corpus de pesquisa 112 artigo recuperados em busca na BRAPCI, apontam para três fases gerais da produção científica analisada, que são: a) de 2000 a 2005, quando a discussão estava sendo delineada e construída, com a busca por definições e do papel da Ciência da Informação e da Biblioteconomia; b) de 2006 a 2011, período de consolidação, em que a temática esteve no

centro das discussões da área; em relação às pesquisas empíricas, há uma tendência ao estudo de projetos de inclusão digital específicos; c) a partir de 2012, percebe-se indícios de uma nova fase, sendo que a temática sai de voga, e as pesquisas empíricas deixam de se focar em projetos específicos e passam a se concentrar mais em grupos específicos, em que os projetos perpassam a relação dos sujeitos com as TICs.

A temática da inclusão digital já não figura no centro das discussões na área de Ciência da Informação, mas continua sendo um problema social de extrema relevância e que requer maiores entendimentos para o embasamento de ações práticas. A falta de acesso e de qualidade de acesso às TICs compromete o exercício da cidadania, a participação político-social e as relações socioculturais, no século XXI.

AGRADECIMENTOS

Especial agradecimento, por estarem participando da pesquisa, a:
Geise Ribeiro da Silva (Graduada em Biblioteconomia pela UFRGS)
Francini Rodrigues (Graduanda em Biblioteconomia pela UFRJ)
Patrícia Morgado (Graduanda em Biblioteconomia pela UFRJ)

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Presidential Comittee on Information Literacy. **Final report**. Chicago, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 7 ago 2015.

ANDERSON, Nate. Tim Berners-Lee on Web 2.0: "nobody even knows what it means". **Ars technica,** 01 set. 2006. Disponível em: <http://arstechnica.com/business/2006/09/7650/>. Acesso em: 03 jul. 2015

ASSUMPÇÃO, Rodrigo Ortiz D'ávila. **Além da inclusão digital**: o projeto Sampa.Org. 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

AZEVEDO, Victoria; GONZAGA, Yuri. Dos professores à classe C: como o perfil do internauta mudou. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 06 maio 2015. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/20-anos-da-internet/o-inicio/dos-professores-a-classe-c-como-o-perfil-do-internauta-mudou.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2015.

BAGGIO, Rodrigo. A sociedade da informação e a infoexclusão. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 29, n. 2, p.16-21, maio/ago. 2000.

BARRETO, Angela Maria; PARADELLA, Maria Dulce; ASSIS, Sônia. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2008.

BAWDEN, David. Information and digital literacies: a review of concepts. **Journal of Documentation,** v. 57, n. 2, p. 218-259, Mar. 2001.

BECKER, Maria Lúcia. **Inclusão digital e cidadania**: as possibilidades e as ilusões da "solução" tecnológica. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

BOTELHO, Tânia Mara; ROBREDO, Jaime. Telecottage: uma necessidade para o desenvolvimento do setor de informações trimestrais nos países em desenvolvimento. **Transinformação**, Campinas, v. 4, n.1/2/3, p. 33-44, 1992.

BRODKIN, Jon. Web 2.0: Buzzword, or Internet revolution? **Networkworld,** 24 jan. 2007. Disponível em: <http://www.networkworld.com/article/2303342/software/web-2-0--buzzword--or-internet-revolution-.html>. Acesso em: 03 jul. 2015.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 47-55, jan./dez. 2000.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges, revisão técnica de Paulo Vaz. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. **A Sociedade em Rede**. Trad. Majer, Roneide Venancio. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

DELGADILLO, Karin; GÓMEZ, Ricardo; STOLL, Klaus. **Telecentros comunitários para o desenvolvimento humano**: lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe. Trad. Joyce Hurtado. Rio de Janeiro: RITS, 2003.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; DUDZIAK, Elisabeth Adriana. La alfabetización informacional para la ciudadanía en America Latina: el punto de vista del usuario final de programas nacionales de información y/o inclusión digital. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA general conference and council, 70., 2004, Buenos Aires, Argentina. **Anales...** IFLA, 2004.

FUCHS, Richard. Telecentros, tecnología al alcance de todos. **El Correo de la UNESCO**, v. 43, mar. 2000.

GARCÍA, Angelica B. Abdallah. Acercándonos al teletrabajo: la experiencia de Estocolmo. **Asociación Argentina de Teletrabajo**, v. 1, n. 4, feb. 2003.

GARCIA, Heliéte Dominguez. **A terceira idade e a internet**: uma questão para o novo milênio. 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Mapa da inclusão digital (MID). Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ibict.br/inclusao-social-e-popularizacao-da-ciencia/mapa-da-inclusao-digital%28midi%29/apresentacao>. Acesso em: 10 ago. 2015.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. **Navegação na internet e competências informacionais**: o exercício da cidadania em telecentros comunitários de Porto Alegre/RS. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação)–Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LIMA, Paulo Henrique. Introdução à edição brasileira. In: DELGALDILLO, Karin, GÓMEZ, Ricardo; STOLL, Klaus (Org.). **Telecentros comunitários para o desenvolvimento humano**: lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: RITS, 2003.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. As tecnologias da informação e a exclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 2, p.159-165, jul./dez. 2002.

PORCARO, Rosa Maria; BARRETO, Arnaldo Lyrio. Indicadores dos programas sociedade da informação na América Latina: uma leitura e um exercício metodológico. In: TALLER DE INDICADORES DE SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN, 3., 2005, Lisboa. **Anais…** Lisboa: CYTED; RICYT; ISCTE, 2005.

RODRIGUES, Aline Visconti; MACULAN, Anne Marie Delaunay. Indicadores de inclusão digital. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) (Org.). **TIC domicílios e empresas 2012**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. São Paulo, 2013.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. Inclusão digital como condição à inclusão social: o caso brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, DOCUMENTALISTAS Y ARCHIVISTAS DEL PARAGUAY, 1., 2006, Asunción. **Anais Eletrônicos...** Asunción: Abgrap, 2006.

SOMOS@TELECENTROS. **¿Qué es un telecentro?** [S.l.], [200-]. Disponível em: <http://www.tele-centros.org>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.Com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: J. Zahar; Brasília, DF: Unesco, 2003.

ZURKOWSKI, Paul. G. **The information services environment relationships priorities**: related paper no. 5. Washington, D. C.: National Comission on Libraries, 1974. Disponível em: <http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortalhttp://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/search/detailmini.jsp?_nfpb=true&_&ERICExtSearch_SearchValue_0=ED100391&ERICExtSearch_SearchType_0=no&accno=ED100391>. Acesso em: 7 ago. 2015.